

Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo

[PIICIE LT]

OBSERVATÓRIO
3i DA EDUCAÇÃO
DA LEZÍRIA DO TEJO



COFINANCIADO POR



POLICY-BRIEF N° 2

Transição do 1.º para o 2.º ciclo de escolaridade do Ensino Básico e estatuto socioeconómico: Como se posiciona a Lezíria do Tejo entre as NUTS III, na última década?



FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

FRANCISCO SIMÕES

EQUIPA DO OBSERVATÓRIO 3I DA EDUCAÇÃO DA LEZÍRIA DO TEJO

LEONOR BETTENCOURT

INÊS ALVES FERREIRA

D'JAMILA GARCIA

FRANCISCO SIMÕES

CECÍLIA AGUIAR

CARLA MOLEIRO

ENTIDADE PARCEIRA

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL - ISCTE-IUL

ENTIDADE PROMOTORA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO - CIMLT

CONCEÇÃO GRÁFICA

NAPPERON

SETEMBRO DE 2020

CONTACTOS

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO - CIMLT

QUINTA DAS CEGONHAS, APARTADO 577, 2001-907 SANTARÉM

TELEFONE: 243 303 240

GLOSSÁRIO

Rendimento social de inserção (ou rendimento mínimo garantido) | Apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por uma prestação em dinheiro, para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas, e um programa de inserção que integra um contrato (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros) (Fonte: PORDATA, 2020).

Taxa de desemprego | Indicador que descreve o conjunto de indivíduos com idade mínima especificada de 15 anos, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar (Fonte: PORDATA, 2020).

Taxa de população com formação superior | Percentagem de população residente com 15 anos ou mais com formação ao nível do ensino superior, segundo o Censos 2011. O ensino superior inclui não só o que se define como educação académica, mas também a educação vocacional ou profissional avançada (Fonte: PORDATA, 2020).

Taxa de transição no 4º ano de escolaridade | Percentagem de alunos que no final do último ano letivo do 1º ciclo do Ensino Básico obtêm aproveitamento, podendo transitar para o 5º ano de escolaridade. (Fonte: DGEEC, 2019)

Taxa de pré-escolarização | Percentagem de crianças inscritas na educação pré-escolar, em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (3-5 anos), em relação à população residente dos mesmos níveis etários. (Fonte: DGEEC, 2019)

NOTA PRÉVIA

O presente *policy-brief* é a segunda publicação do Observatório 3i da Educação da Lezíria do Tejo (OELT). O objetivo geral do referido observatório é consubstanciar uma análise diagnóstica, reflexiva, informativa, prognóstica e inovadora do fenómeno do (in)sucesso escolar no território da Lezíria do Tejo. Este objetivo geral tem três ramificações essenciais. A primeira delas envolve caracterizar o contexto a nível intermunicipal e municipal, nomeadamente as respetivas tendências demográficas, os indicadores sociais, em particular ao nível da proteção social da população, dos rendimentos ou da situação perante o emprego. A segunda ramificação do objetivo geral deste observatório é sintetizar informação, de modo a identificar tendências municipais e intermunicipais, com base em dados relevantes. Por fim, é ainda desiderato deste observatório informar no sentido de ajudar a estruturar estudos posteriores que permitam avaliar, em profundidade, fatores associados ao (in)sucesso escolar na Lezíria do Tejo.

No caso particular deste documento, a equipa do OELT focou-se na análise da relação entre diferentes indicadores de estatuto socioeconómico e a taxa de transição no final do 4.º ano de escolaridade, marcando a passagem do 1.º para o 2.º ciclo do Ensino Básico. Essa análise foi feita ao nível das NUTS III, posicionando a Lezíria do Tejo relativamente às outras comunidades intermunicipais do país.

O efeito das condições sociais e económicas na educação, particularmente no sucesso escolar, tem sido tema central nos debates políticos e sociais sobre a educação. Deste modo, considerou-se pertinente analisar a relação entre indicadores socioeconómicos e a transição, no final do 1º ciclo do Ensino Básico, em articulação com os Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PiiCiE), seguindo especificamente as prioridades do PiiCiE da Lezíria do Tejo.

O foco na transição do 1.º para o 2.º ciclo do Ensino Básico prende-se, por um lado, com a complexidade que as fases de transição de ciclo introduzem no percurso escolar dos alunos. A conclusão do 4.º ano de escolaridade representa o fim de um ciclo e de um método de ensino baseado, sobretudo, na monodocência. O 1.º ciclo do Ensino Básico comporta, desta forma, desafios diferentes de aprendizagem, relativamente aos restantes ciclos de escolaridade, pelo que compreender os fatores envolvidos no seu término revela-se um indicador de avaliação do sucesso escolar, tal como recomendado pela Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC, 2016). A pertinência em focar o segundo *policy-brief* do OELT, nesta etapa do Ensino Básico, é ainda consubstanciada pelas metas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (2019), nomeadamente, a de garantir que todas

as crianças completam os quatro primeiros anos de escolaridade, com o fim último de obter resultados de aprendizagem significativos. Por fim, é importante não esquecer que o 1.º ciclo do Ensino Básico é aquele sobre o qual o poder local tem tido maior intervenção, nomeadamente sob a forma de investimento, incluindo no período que antecede a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, também conhecida como a Lei-quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais. Assim sendo, o papel dos municípios e das entidades intermunicipais, neste domínio, tem sido de maior relevo, merecendo, por isso mesmo, uma atenção adicional.

Com este foco, procurou-se responder a duas questões gerais:

Como se situa a Lezíria do Tejo, nesse nível, comparativamente a outras NUTS III?

Qual a relação entre indicadores de estatuto socioeconómico e a taxa de transição do 1.º para o 2.º ciclo de escolaridade, ao nível das NUTS III, ao longo da última década (isto é, entre 2009 e 2018)?

Do ponto de vista da sua estrutura, este policy-brief integra:

(1) Uma breve contextualização sobre a importância do estatuto socioeconómico no sucesso educativo, sobretudo no 1.º ciclo de escolaridade;

(2) A descrição do papel do estatuto socioeconómico e de fatores do contexto escolar na conclusão do 1.º ciclo de escolaridade, ao nível das NUTS III, para os anos letivos de 2008/2009 e 2017/2018.

(3) Uma síntese das principais conclusões ou ideias a reter a partir das análises realizadas.

VARIAÇÕES NO SUCESSO ESCOLAR NO 1.º CICLO DE ESCOLARIDADE: O PAPEL DO ESTATUTO SOCIOECONÓMICO

O estatuto socioeconómico é definido como uma medida da posição de um determinado sujeito ou agregado familiar numa hierarquia de poder, composta por indicadores objetivos em três dimensões: riqueza, estatuto profissional e habilitações literárias (Diemer et al., 2013).

A literatura tem demonstrado existir uma relação significativa entre trajetórias de maior sucesso escolar e um melhor estatuto socioeconómico (Watkins & Howard, 2015). Entre os diversos estudos sobre o tema, destacam-se alguns relatórios internacionais de referência, nomeadamente, os do Programme for International Students Assessment (PISA). Um dado importante a reter destes estudos refere-se à diferença verificada nos resultados médios entre os 15% de alunos com estatuto socioeconómico mais elevado e os 15% de alunos que se encontram na condição socioeconómica mais frágil, a qual corresponde a quase dois anos de escolarização (Dietrichson et al., 2017). Outros estudos reforçam como os recursos socioeconómicos mais escassos do aluno e respetiva família tendem a estar associados a um maior risco de retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade (Walker & MacPhee, 2011). Perante tais evidências, justifica-se o investimento público, no sentido de mitigar os efeitos da desigualdade socioeconómica nas trajetórias escolares (Hattie, 2018).

Verifica-se, ainda, que os efeitos negativos de menores recursos socioeconómicos tendem a afetar, de forma significativa, o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças em idade pré-escolar e o desempenho nos primeiros anos de escolaridade obrigatória (Passaretta, Rözer, Skopek, van Huizen, & van de Werfhorst, 2019). Esta tendência é particularmente visível em alunos do 1.º ciclo de escolaridade (Watkins & Howard, 2015). As diferenças no sucesso escolar em função dos diferentes contextos socioeconómicos em que os alunos se inserem tendem a diminuir até ao ensino secundário, momento em que essas diferenças tornam a exercer uma influência expressiva no desempenho escolar dos alunos, à semelhança do que ocorre no 1.º ciclo (Passaretta et al., 2019). Porém, o baixo estatuto socioeconómico não se reflete como fator determinante do insucesso escolar. Outros fatores de contexto permitem minimizar os seus impactos negativos. Entre eles contam-se um clima escolar positivo e seguro (Ainsworth, 2002), a disponibilização de programas socioeducativos (e.g., tutoria) (Dietrichson et al., 2017) ou a estabilidade do corpo docente (Hattie, 2018).

Será importante, todavia, salientar, que outros fatores concorrem para explicar o sucesso escolar no 1.º ciclo do Ensino Básico. O sucesso na conclusão do 1.º ciclo está fortemente associado à integração da criança em contextos de educação pré-escolar de elevada qualidade (Silva, Marques, Mata, & Rosa, 2016) e a uma transição eficaz

entre ambas as etapas de educação (Rodrigues, 2005). A literatura tem, igualmente, revelado como a integração no ensino pré-escolar está relacionada com a capacidade socioeconómica da família. Os estudos demonstram que existe uma maior probabilidade de as crianças não terem acesso a um sistema de ensino pré-escolar formal, quando inseridas num contexto socioeconómico mais baixo (Pavolini & Van Lancker, 2018). Deste modo, sugere-se que a frequência no ensino pré-escolar constitui-se não só como um indicador de sucesso na conclusão do 1.º ciclo, mas também como uma medida de igualdade no acesso a uma educação de maior qualidade. A implementação de programas universais (mensalidade proporcional ao rendimento familiar) no ensino pré-escolar poderá permitir o acesso a uma maior diversidade de alunos, em termos do estatuto socioeconómico, tornando o ensino mais inclusivo relativamente aos alunos com menores recursos. Consequentemente, poderá prevenir as desigualdades no sucesso escolar em função do contexto socioeconómico, ao longo dos diferentes ciclos de escolaridade obrigatória, sobretudo no 1.º ciclo (Passaretta et al., 2019). Estes são alguns fatores que devem ser, também, considerados, no sentido de melhor compreender como se constroem trajetórias de sucesso nos primeiros anos de escolarização formal.

ESTATUTO SOCIOECONÓMICO NA TRANSIÇÃO DO 1.º PARA O 2.º CICLO DE ESCOLARIDADE NAS NUTS III

Seguidamente, caracteriza-se o estatuto socioeconómico ao nível das NUTS III. No que concerne ao estatuto socioeconómico, foram selecionados, para este policy-brief, quatro indicadores. Ao nível da proteção social, incluiu-se a percentagem de beneficiários de RSI/RMG residentes em cada uma das comunidades intermunicipais. Do ponto de vista do estatuto profissional, foi avaliada a percentagem de desempregados com 15 ou mais anos inscritos nos centros de emprego. Relativamente às habilitações, considerou-se a percentagem de população residente com 15 anos ou mais com formação ao nível do ensino superior. Ao nível do acesso ao ensino, como medida de igualdade social, foi selecionada a taxa de pré-escolarização.

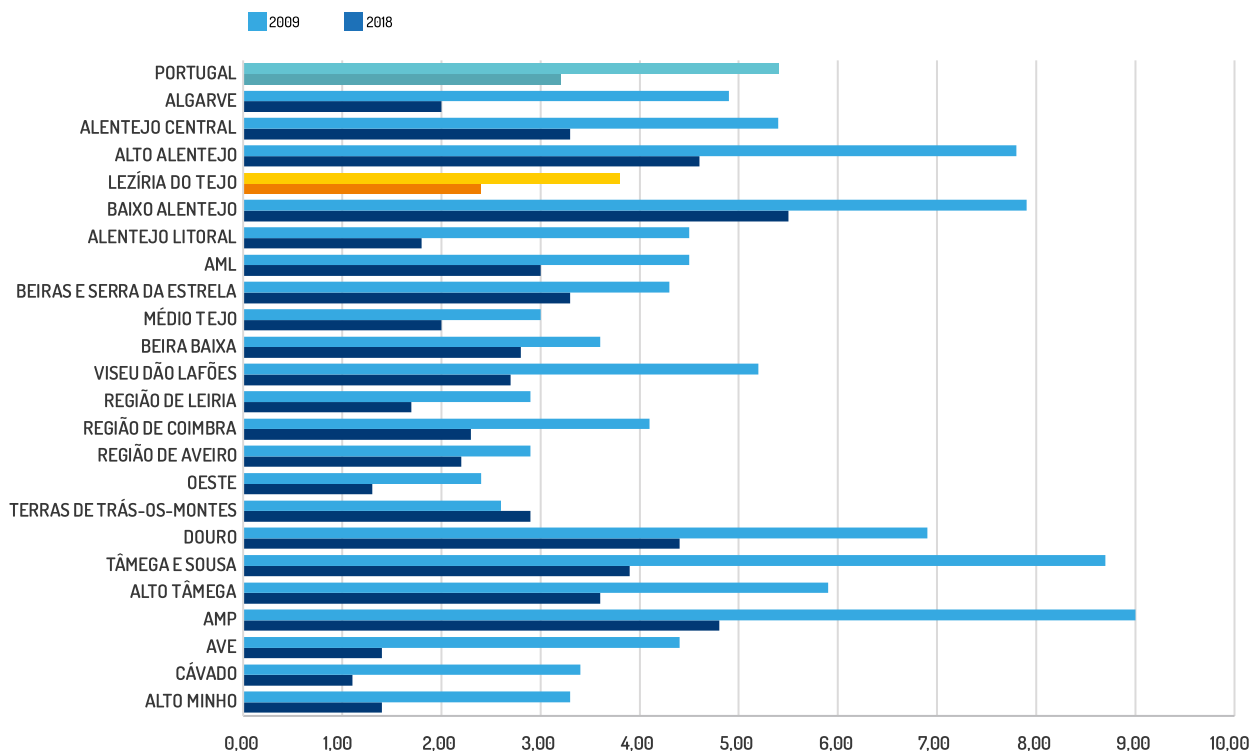
De forma a avaliar o papel dos indicadores apresentados na conclusão do 1.º ciclo de escolaridade, para os anos letivos de 2008/2009 e 2017/2018, os dados utilizados a partir das diferentes fontes disponíveis correspondem aos anos de 2009 e 2018. A opção pelo ano letivo de 2017/2018 e para o ano civil de 2018 prende-se com o facto de se tratarem dos últimos anos em que os indicadores selecionados estão acessíveis para as NUTS III. No que se refere à caracterização da taxa de população residente com 15 anos ou mais com formação ao nível do ensino superior, foram utilizados os dados disponibilizados pelos Censos de 2011. As fontes consultadas recaíram nas bases de dados do PORDATA e da DGEEC.

QUAL ERA A TAXA DE RESIDENTES BENEFICIÁRIOS DO RSI/RMG, NO FINAL DE 2009 E DE 2018, NAS DIFERENTES NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL?

De acordo com o Gráfico 1, entre o final de 2009 e o final de 2018, verificou-se um decréscimo de 5.4% para 3.2%, na percentagem de população residente em Portugal que beneficiava do RSI/RMG. Esta tendência decrescente verifica-se em todas as NUTS III, à exceção da região de Terras de Trás-os-Montes (com um crescimento de 2.6% para 2.9%). Em 2009, a região do Oeste era a que apresentava uma percentagem mais baixa (2.4%), sendo a região da Área Metropolitana do Porto a que apresentava o maior valor (9.0%), neste indicador. Em 2018, a região do Cávado mostrava a proporção mais baixa de beneficiários do RSI (1.1%), contrariamente ao Baixo Alentejo (5.5%). Neste indicador de proteção social, a Lezíria do Tejo ocupa a nona posição, em 2009, com 3.8% da população residente a beneficiar do RSI/RMG, um valor abaixo da média nacional. Em 2018, mantém-se abaixo desta média, ocupando a décima primeira posição, com uma percentagem de 2.4%.

GRÁFICO 1. TAXA DE BENEFICIÁRIOS DO RMG OU RSI, POR NUTS III 2009 & 2018

FONTE: PORDATA, 2020

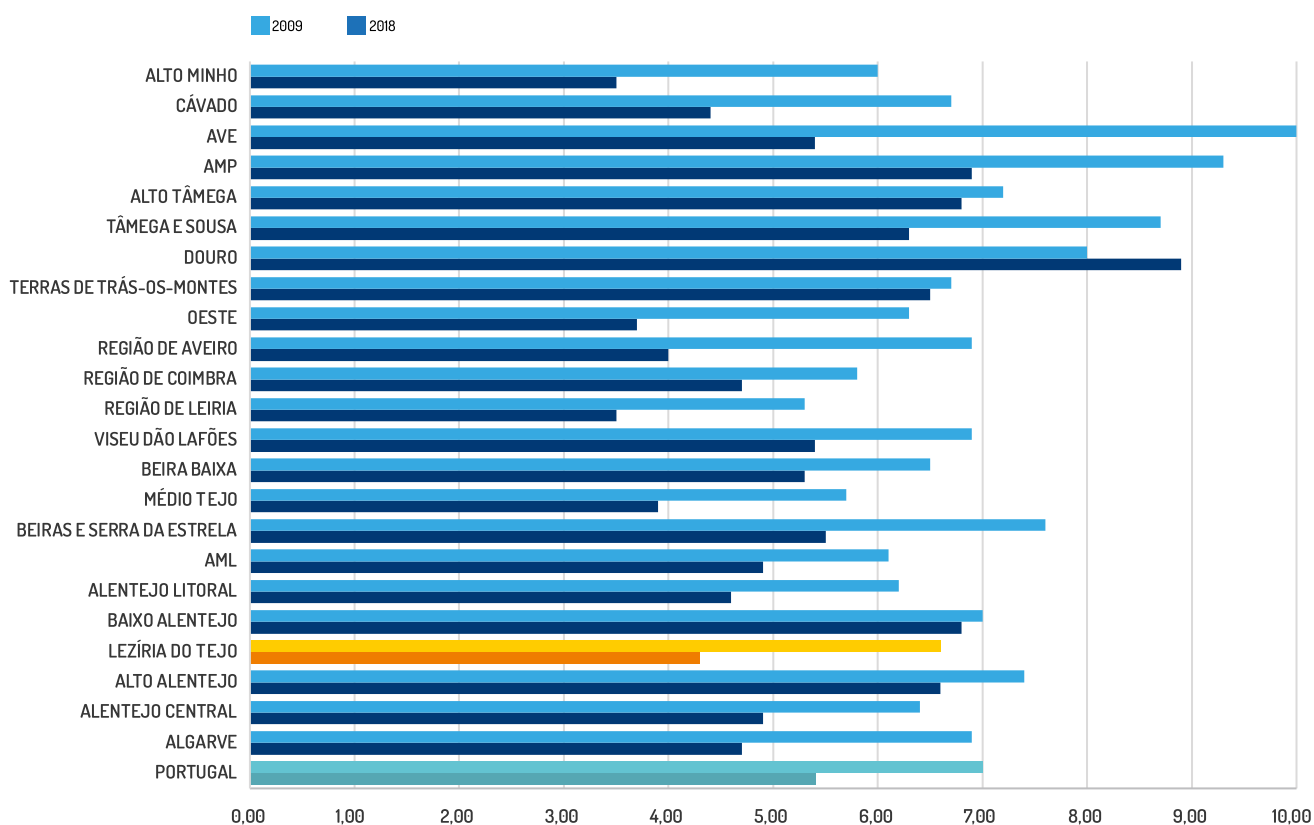


QUAL ERA A PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 OU MAIS ANOS QUE SE ENCONTRAVA DESEMPREGADA, NO FINAL DE 2009 E DE 2018, NAS DIFERENTES NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL?

O Gráfico 2 revela que Portugal apresentava uma taxa de desemprego de 7%, em 2009, e de 5.4% em 2018. Relativamente às NUTS III, constata-se um aumento entre os dois anos apenas na região do Douro, de 8% para 8.9%. Analisando os dados por cada ano, verifica-se que, em 2009, a região de Leiria apresentava a taxa mais baixa (5.3%), e a região de Ave a mais elevada (10.0%). Por sua vez, em 2018, as regiões do Alto Minho e de Leiria apresentavam as menores taxas de desemprego (3.5%), sendo a região do Douro a que apresentava a taxa mais elevada (8.9%). No caso particular da Lezíria do Tejo, os dados revelam que esta se posicionava como a região com o décimo valor mais baixo (6.6%), em 2009, e o sexto valor mais baixo de desemprego (4.3%), em 2018, na comparação entre NUTS III. Em ambos os anos, os valores da região mostram-se abaixo do valor nacional.

GRÁFICO 2. TAXA DE POPULAÇÃO DESEMPREGADA COM 15 OU + ANOS, POR NUTS III 2009 E 2018

FONTE: PORDATA, 2020



COFINANCIADO POR

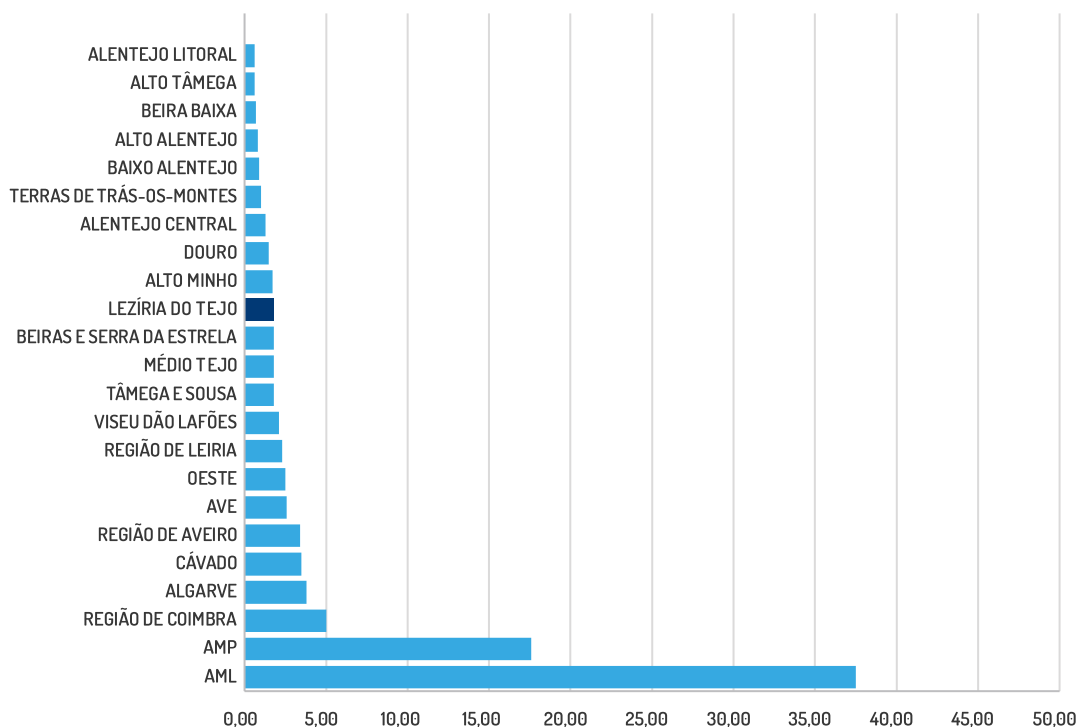


QUAL A PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 OU MAIS ANOS COM FORMAÇÃO SUPERIOR, NAS DIFERENTES NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL, DE ACORDO COM OS CENSOS DE 2011?

Segundo o Gráfico 3, a distribuição de população com formação superior, em 2011, revelava uma expressiva disparidade, ao nível das NUTS III. A região da Área Metropolitana de Lisboa apresentava uma percentagem de 37,5% da população com formação superior, enquanto que, nas regiões do Alentejo Litoral e do Alto Tâmega, apenas 0,6% da população apresentava habilitações superiores. Relativamente à região da Lezíria do Tejo, os dados demonstram que esta ocupava a décima primeira posição, paralelamente às regiões de Tâmega e Sousa, do Médio Tejo, e das Beiras e Serra da Estrela, com 1,8% da população com habilitações ao nível do ensino superior.

GRÁFICO 3. TAXA DE POPULAÇÃO COM FORMAÇÃO SUPERIOR, POR NUTS III CENSOS 2011

FUNTE: PORDATA, 2020

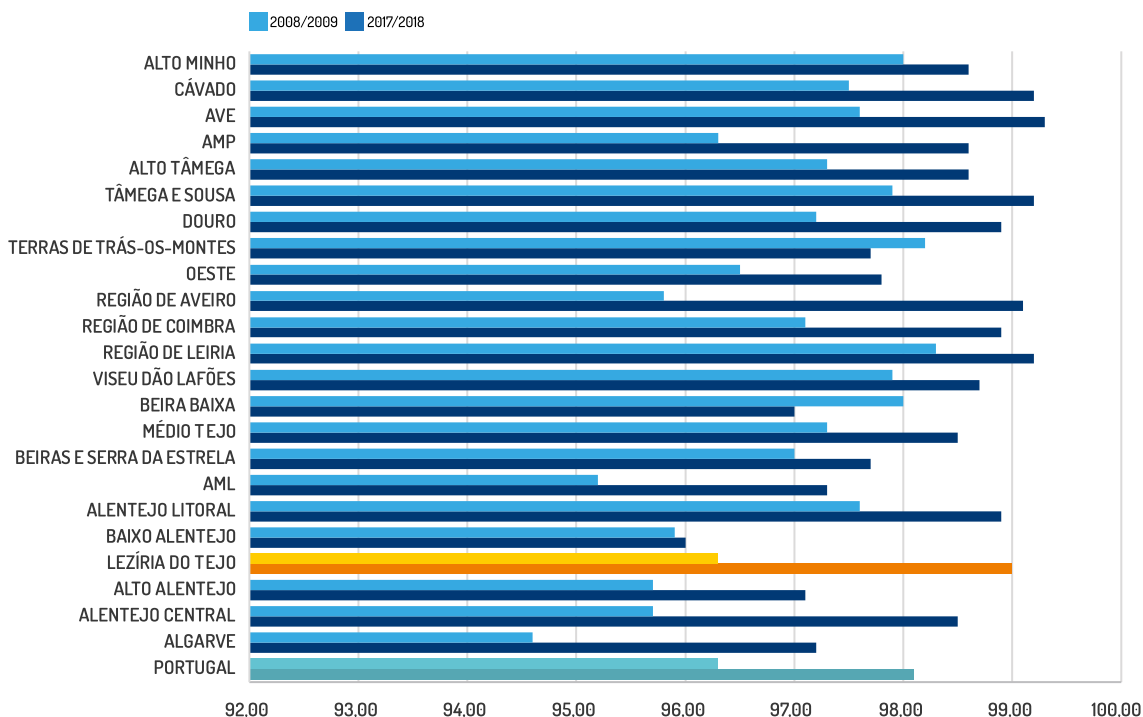


QUAL ERA A PERCENTAGEM DE ALUNOS DO 4.º ANO DE ESCOLARIDADE DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO COM APROVEITAMENTO PARA TRANSITAR PARA O 2.º CICLO, NAS DIFERENTES NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL, NOS ANOS LETIVOS DE 2008/2009 E DE 2017/2018?

De acordo com o Gráfico 4, em Portugal, a percentagem de alunos que transitou do 1.º para o 2.º ciclo do Ensino Básico, no ano letivo de 2008/2009, foi de 96.3%, verificando-se um aumento para 98.1%, no ano de 2017/2018. Ao nível das NUTS III, somente as regiões de Terras de Trás-os-Montes (decrésimo de 98.2% para 97.7%) e da Beira Baixa (redução de 98% para 97%) não acompanharam esta tendência crescente. No ano de 2008/2009, o Algarve foi a região com a menor percentagem (94.6%), e a Região de Leiria a comunidade intermunicipal com a maior proporção de transição entre estes ciclos do Ensino Básico (98.3%). Por sua vez, no ano de 2017/2018, a região do Baixo Alentejo (96%) e a região do Ave (99.3%) apresentaram, respetivamente, a menor e a maior taxa de transição entre os dois primeiros ciclos do Ensino Básico. A Lezíria do Tejo posicionou-se em décimo sétimo lugar entre as comunidades intermunicipais, no ano de 2008/2009, com uma percentagem de 96.3%, valor idêntico ao observado para o todo nacional. No ano de 2017/2018, a região subiu para a sexta posição, com um valor de 99%.

GRÁFICO 4. TAXA DE TRANSIÇÃO NO 4º ANO, POR NUTS III 2008/2009 E 2017/2018

FONTES: DGEEC, 2019



COFINANCIADO POR



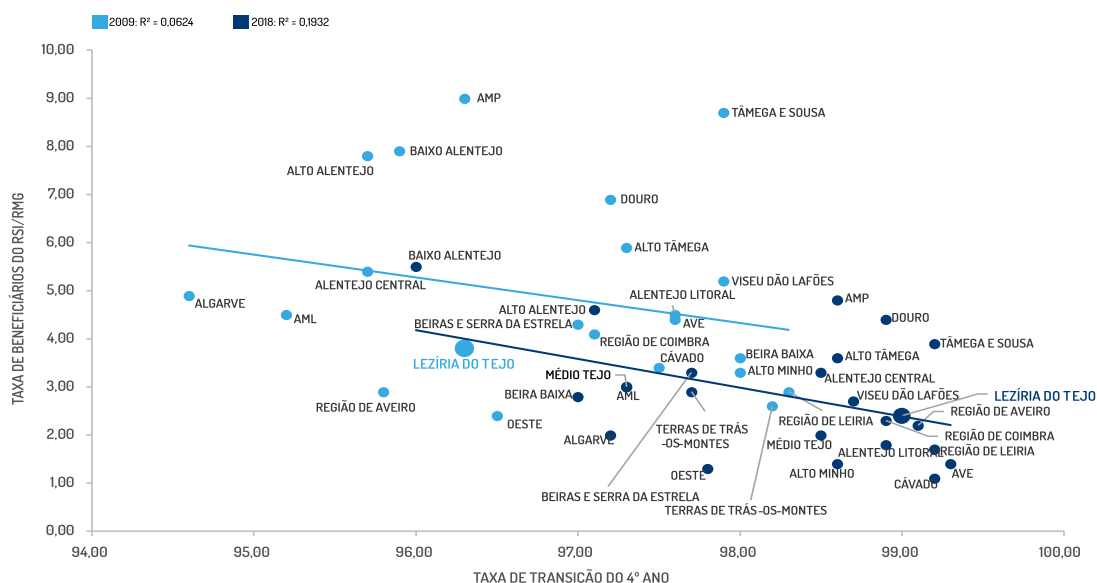
RELAÇÃO ENTRE ESTATUTO SOCIOECONÓMICO E A TRANSIÇÃO DO 1.º PARA O 2.º CICLO DE ESCOLARIDADE DO ENSINO BÁSICO, NAS NUTS III QUAL A RELAÇÃO ENTRE A TAXA DE TRANSIÇÃO NO 4.º ANO DE ESCOLARIDADE DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E A PERCENTAGEM DE RESIDENTES BENEFICIÁRIOS DO RSI/RMG, EM 2009 E 2018, AO NÍVEL DAS NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL?

O Gráfico 5 revela que a percentagem de residentes beneficiários do RSI/RMG está relacionada com a taxa de transição no 4.º ano do 1.º ciclo do Ensino Básico, tanto em 2009, como em 2018. Concretamente, a percentagem de alunos com aproveitamento para transitar do 1.º para o 2.º ciclo do Ensino Básico diminui à medida que aumenta a taxa de beneficiários do RSI/RMG. Contudo, essa relação apenas é significativa em 2018, em cada uma das NUTS III. Em 2018, 19,3% das diferenças entre as NUTS III, ao nível da taxa de transição no 4.º ano de escolaridade, foi explicada pela taxa de residentes beneficiários do RSI/RMG, enquanto em 2009, essa percentagem foi de 6,2%.

Relativamente à Lezíria do Tejo, importa salientar a sua aproximação a um cluster de regiões como a Região de Aveiro e o Oeste, em 2009, estando num plano inferior da distribuição conjugada de ambos os indicadores, revelando a coexistência de taxas de transição do 4.º ano mais baixas, com taxas de beneficiários do RSI/RMG mais elevadas, em comparação com 2018. Neste último ano, verifica-se não só uma relação significativa entre os dois indicadores, como a aproximação da Lezíria do Tejo a um cluster que inclui as regiões de Aveiro, Coimbra, Leiria, Ave, Alentejo Litoral e Cávado, os quais conjugam maior taxa de transição no 4.º ano com menor taxa de residentes beneficiários do RSI/RMG, refletindo a relação geral de ambas.

GRÁFICO 5. TAXA DE TRANSIÇÃO DO 4º ANO POR TAXA DE BENEFICIÁRIOS DO RSI/RMG, POR NUTS III. 2009 E 2018

FONTE: DGEEC, 2019; PORDATA, 2020

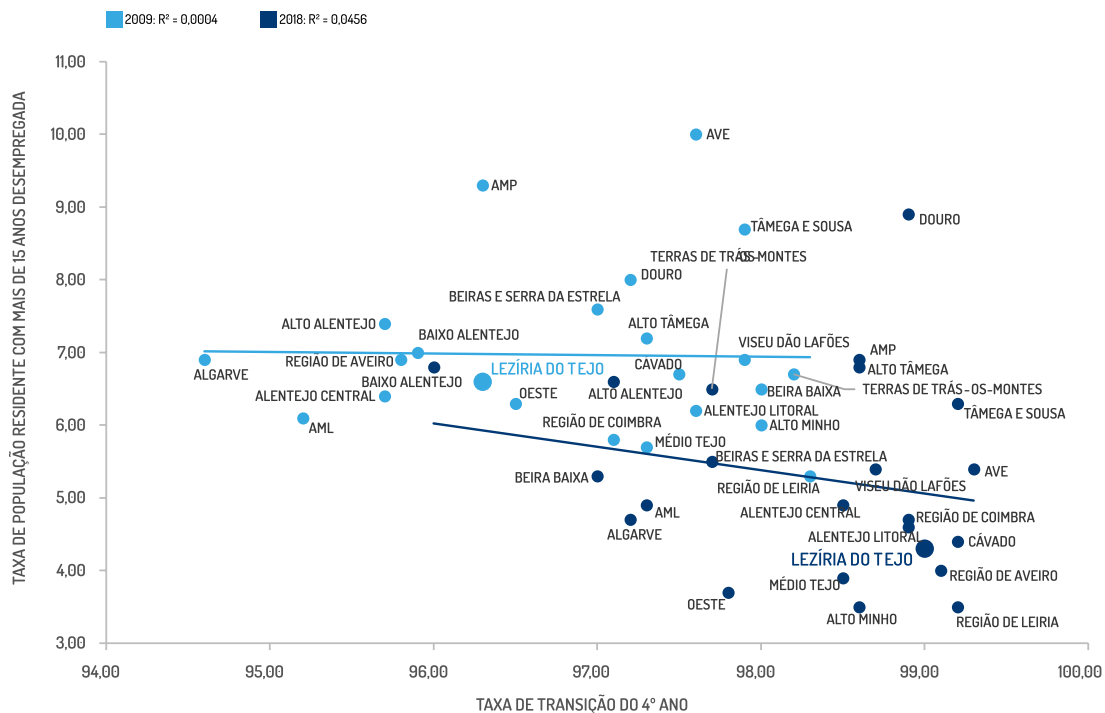


QUAL A RELAÇÃO ENTRE A TAXA DE TRANSIÇÃO NO 4.º ANO DE ESCOLARIDADE DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E A PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE DESEMPREGADA COM 15 OU MAIS ANOS, EM 2009 E 2018, NAS DIFERENTES NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL?

O Gráfico 6 demonstra não existir uma relação entre a taxa de transição entre o 1.º e o 2.º ciclo do Ensino Básico e a taxa de desemprego da população residente com mais de 15 anos, tanto em 2009, como em 2018, entre as NUTS III. Tal advirá, essencialmente, do facto de existir uma maior concentração de regiões com taxas elevadas de transição no 4.º ano (igual ou superior a 97%) que apresentam níveis de desemprego tanto inferiores como superiores a 6%. A Lezíria do Tejo encontra-se no quadrante inferior desta concentração de regiões, apresentando uma elevada taxa de transição no 4.º ano (99%), e uma baixa taxa de desemprego (4.3%), posicionando-se próxima das regiões de Coimbra, Alentejo Litoral, Aveiro e Cávado.

GRÁFICO 6. TAXA DE TRANSIÇÃO DO 4º ANO POR TAXA DE POPULAÇÃO RESIDENTE DESEMPREGADA COM MAIS DE 15 ANOS, POR NUTS III. 2009 E 2018

FONTE: DGEEC, 2019; PORDATA, 2020

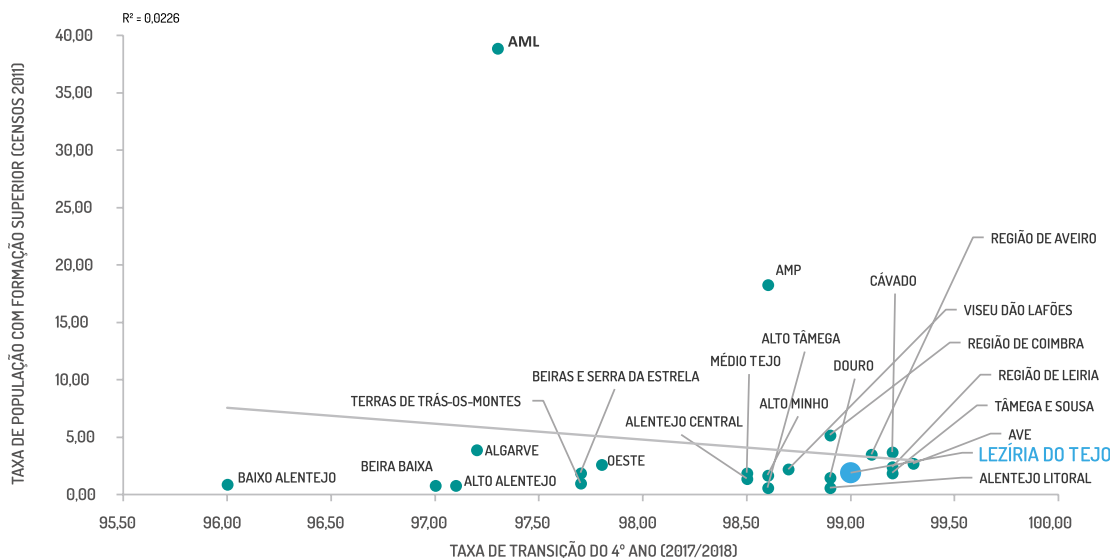


QUAL A RELAÇÃO ENTRE A TAXA DE TRANSIÇÃO NO 4.º ANO DE ESCOLARIDADE DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E A PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 OU MAIS ANOS COM FORMAÇÃO SUPERIOR, DE ACORDO COM O CENSOS 2011, NAS DIFERENTES NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL?

O Gráfico 7 evidencia não existir uma relação entre a percentagem de alunos a transitar no 4.º ano do Ensino Básico e a percentagem de população com formação ao nível do ensino superior, ao nível das NUTS III. Ou seja, a percentagem de alunos a transitar do 1.º para o 2.º ciclo do Ensino Básico não diminui em função de uma maior percentagem de população com formação superior. Neste indicador, a Lezíria do Tejo encontra-se num plano inferior da distribuição conjugada dos dois fatores, revelando a coexistência de baixas qualificações ao nível do ensino superior da população residente com 15 ou mais anos, com taxas elevadas de transição no 4.º ano do Ensino Básico. Neste plano, encontram-se igualmente as regiões do Douro, Alentejo Litoral, Ave, e Tâmega e Sousa.

GRÁFICO 7. TAXA DE TRANSIÇÃO DO 4º ANO POR TAXA DE POPULAÇÃO COM FORMAÇÃO SUPERIOR COM MAIS DE 15 ANOS, POR NUTS III. CENSOS 2011

FONTE: DGEEC, 2019; PORDATA, 2020

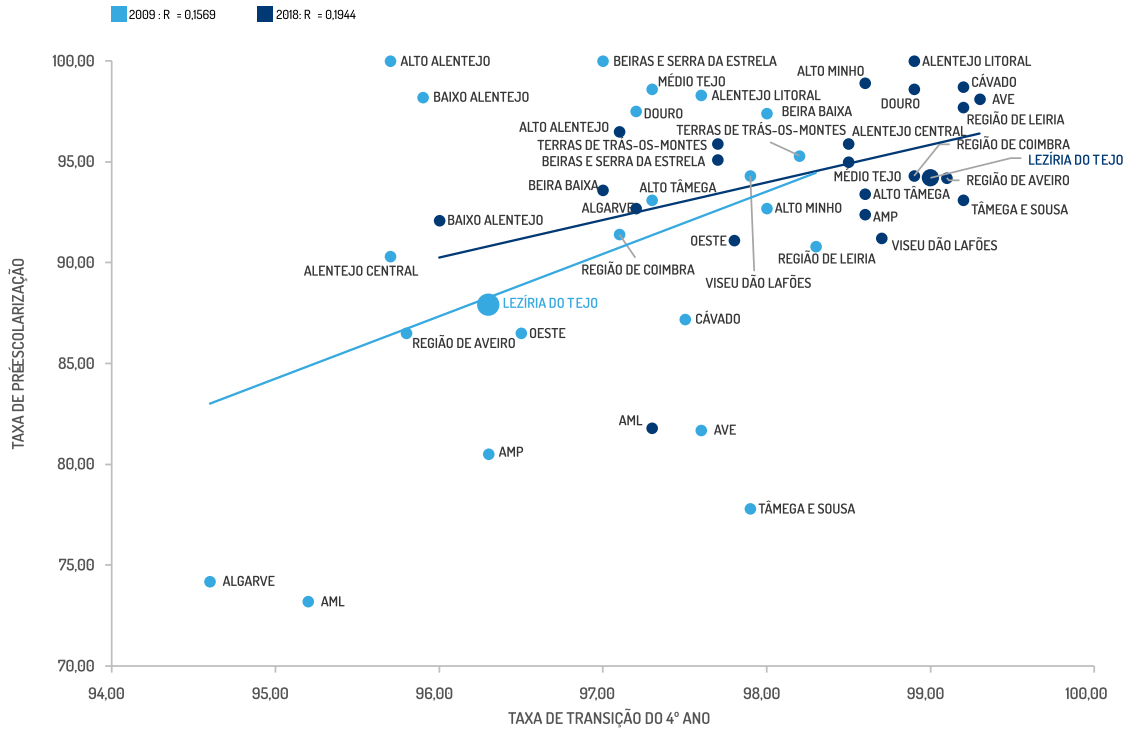


QUAL A RELAÇÃO ENTRE A TAXA DE TRANSIÇÃO NO 4.º ANO DE ESCOLARIDADE DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E A PERCENTAGEM DE CRIANÇAS INSCRITAS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NOS ANOS LETIVOS DE 2008/2009 E DE 2017/2018, NAS DIFERENTES NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL?

Segundo o Gráfico 8, a percentagem de crianças inscritas na educação pré-escolar está relacionada com a taxa de transição no 4.º ano do Ensino Básico, nos anos letivos de 2008/2009 e de 2017/2018. Especificamente, a percentagem de alunos com aproveitamento para transitar do 1.º para o 2.º ciclo do Ensino Básico aumenta à medida que cresce, também, a taxa de pré-escolarização. No entanto, essa relação é mais significativa no ano letivo de 2017/2018, em cada uma das NUTS III. Enquanto no ano letivo de 2008/2009, 15,7% das diferenças entre as NUTS III ao nível da taxa de transição no 4.º ano é explicada pela taxa de pré-escolarização, no ano de 2017/2018, essa percentagem é de 19,4%. No que concerne à Lezíria do Tejo, no ano letivo de 2008/2009, a região encontra-se próxima do cluster de regiões como o Oeste e Aveiro, estando num plano médio da distribuição conjugada de ambos os indicadores, revelando a coexistência de taxas de transição do 4.º ano e de pré-escolarização mais baixas, em comparação com as verificadas no ano de 2017/2018. Neste último ano letivo, constata-se não só uma relação mais significativa entre os dois indicadores, como a aproximação da Lezíria do Tejo a um cluster que inclui as regiões de Aveiro, Coimbra, e Tâmega e Sousa, posicionando-se num plano inferior à distribuição conjugada dos dois indicadores, embora apresente simultaneamente elevadas taxas de transição no 4.º ano e de pré-escolarização, consonante com a relação geral de ambas.

GRÁFICO 8. TAXA DE TRANSIÇÃO DO 4º ANO POR TAXA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO, POR NUTS III. 2009 & 2018

FONTE: DGEEC, 2019



Ideias a reter

AO NÍVEL DAS NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL

De entre os indicadores de estatuto socioeconómico, o fator de proteção social, isto é, a percentagem de beneficiários de RSI/RMG residentes nas comunidades intermunicipais, é aquele que maior relação tem com a taxa de transição no 4.º ano de escolaridade do Ensino Básico. Ao fazer-se uma comparação entre 2009 e 2018, constata-se que esta relação foi significativa, apenas, em 2018.

Concretamente, a percentagem de alunos do 4.º ano de escolaridade com aproveitamento para transitar para o 2.º ciclo do Ensino Básico diminui em função do aumento da percentagem de beneficiários do RSI, ao nível das NUTS III, em 2018.

Verifica-se, também, que a proporção de alunos que transita no 4.º ano do Ensino Básico aumenta em função de uma maior percentagem de crianças inscritas na educação pré-escolar, em ambos os anos letivos analisados, isto é, em 2008/2009 e em 2017/2018. Porém, esta relação é mais expressiva no ano de 2017/2018, em cada uma das NUTS III.

Em suma, os dados apresentados permitem concluir que as prestações sociais concedidas pelo Estado, ao nível do RSI, poderão ser indispensáveis não só como meio de mitigar os efeitos da pobreza extrema, mas também como forma de minimizar a percentagem de retenção no 1.º ciclo do Ensino Básico. Concretamente, os dados sugerem que territórios com mais famílias em condições de beneficiar do RSI revelam menores taxas de transição no 4.º ano do Ensino Básico, sugerindo, assim, a importância de assegurar apoios adequados, nestas mesmas regiões, a famílias com crianças em idade escolar, no sentido de promover as condições de exercício da parentalidade e as condições de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Igualmente importante é a evidência revelada pelos dados relativamente à relação entre taxa de pré-escolarização e a proporção de alunos que transitam do 1.º para o 2.º ciclo do Ensino Básico. Infere-se, assim, que o sucesso escolar ao nível do 1.º ciclo está significativamente relacionado não só com indicadores diretos do estatuto socioeconómico, mas também com a educação pré-escolar, tendo esta ligação sido mais expressiva em 2018. A frequência no ensino pré-escolar revela-se como um indicador de sucesso na conclusão do 1.º ciclo e como uma medida de igualdade no acesso a uma educação de maior qualidade.

NA LEZÍRIA DO TEJO

A Lezíria do Tejo apresenta uma das taxas mais baixas de percursos diretos de sucesso, no final do 3º ciclo, no final do ano letivo de 2016/2017. Entre as 23 NUTS III de Portugal Continental, ocupa a décima sétima posição, com um valor percentual bastante abaixo do indicador para Portugal Continental.

A região acompanha, genericamente, a tendência de maior número de descendentes beneficiários do abono de família para crianças e jovens/menor incidência de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico.

O mesmo já não sucede ao nível do RSI: neste caso, a Lezíria do Tejo aproxima-se de um cluster de regiões como o Alentejo Litoral, o Algarve ou as Terras de Trás-os-Montes, que conjugam menor taxa de residentes beneficiários do RSI com menor proporção de percursos diretos de sucesso, no final 3º ciclo do ensino básico.

Recomendações

Na Lezíria do Tejo, tem-se assistido a uma melhoria assinalável da taxa de transição entre o 1.º e o 2.º ciclos do Ensino Básico. Em 2017/2018, a região situava-se já no terço superior da distribuição das NUTS III, neste indicador. Elementos relatados noutros documentos do Observatório 3iS da Educação da Lezíria do Tejo (2020), tais como o redimensionamento da rede escolar (que possibilita uma aposta em escolas que ofereçam melhores condições físicas e um clima social mais diverso e estimulante), um incremento da estabilidade contratual dos docentes ou o aumento do rácio tempo letivo do professor/nº de alunos, no 1º ciclo do Ensino Básico, nos vários municípios do território, poderão ajudar a explicar a melhoria generalizada dos resultados, e em particular o aumento da taxa de transição no 4.º ano. O aprofundamento destas medidas contribuirá, decerto, para uma contínua melhoria da taxa de transição entre o 1.º e o 2.º ciclo do Ensino Básico.

O RSI é um indicador que sinaliza a faixa de população mais vulnerável à pobreza extrema. Tal como já sucedia no final do 3.º ciclo de escolaridade, ao nível dos percursos diretos de sucesso, à medida que aumenta a proporção de beneficiários do RSI, diminui a taxa de transição no final do 4.º ano de escolaridade. Este dado chama a atenção para a necessidade de os municípios dirigirem a oferta de recursos e de programas de promoção do sucesso escolar para as populações mais fragilizadas, usualmente mais vulneráveis a riscos múltiplos (e.g., pobreza, baixas qualificações parentais, origem em grupos étnicos minoritários).

A recomendação anterior interliga-se com a necessidade de garantir o acesso à educação pré-escolar, traduzida num aumento da taxa de pré-escolarização. Esta tem vindo a crescer na Lezíria do Tejo. Todavia, neste particular, em 2018 o território estava, apenas, em 13º lugar, entre as NUTS III. Além disso, persistem disparidades entre os municípios que constituem a Lezíria do Tejo, variando a taxa de pré-escolarização entre os 78.9%, no Cartaxo, e os 100%, na Azambuja e em Rio Maior (Observatório 3iS da Educação da Lezíria do Tejo, 2020). Contudo, não basta garantir o acesso à educação pré-escolar, de forma generalizada. É fundamental que a universalidade do acesso à educação pré-escolar se associe a uma oferta de respostas pré-escolares de elevada qualidade, especialmente em zonas ou com populações mais fragilizadas. Isso permitirá uma normalização precoce do papel da Escola, especialmente nas suas funções inclusiva (de promoção da igualdade) e mediadora (de conciliação entre os valores familiares e os valores escolares), junto de pais com percursos escolares mais curtos e, frequentemente, marcados pelo insucesso. Uma educação pré-escolar de qualidade e promotora de sucesso futuro passará, ainda, por uma adaptação das respostas oferecidas às características sociais, étnicas e culturais das comunidades.

Fontes

- Ainsworth, J.W. (2002). Why does it take a village? The mediation of neighborhood effects on educational achievement. *Social Forces*, 81, 117–152.
- Conselho Nacional de Educação (2019). *O estado da educação 2018*. Lisboa: Conselho Nacional da Educação.
- Diemer, M. A., Mistry, R. S., Wadsworth, M. E., López, I., & Reimers, F. (2013). Best practices in conceptualizing and measuring social class in psychological research. *Analyses of Social Issues and Social Policy*, 13(1), 77–113.
- Dietrichson, J., Bøg, M., Filges, T., & Klint Jørgensen, A. M. (2017). Academic Interventions for Elementary and Middle School Students With Low Socioeconomic Status: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Review of Educational Research*, 87(2), 243–282. <https://doi.org/10.3102/0034654316687036>
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2016). Retirado de <http://estatisticas-educacao.dgeec.mec.pt/indicadores/index3.asp>
- Direção-Geral de Estatísticas na Educação e Ciência (2019). Taxa de transição/conclusão (%), por sexo, nível de ensino, ciclo de estudos e ano de escolaridade – Continente, NUTS II, III e Concelhos – 2003/04 a 2017/18. Retirado de <https://www.dgeec.mec.pt/np4/248/>
- Direção-Geral de Estatísticas na Educação e Ciência (2019). Taxa de pré-escolarização (%), por ano letivo – Continente, NUTS II e III – 2008/09 a 2017/18 – Estatísticas da Educação 2017/2018. Retirado de <https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>
- Hattie, J. (2018). *Hattie ranking: 252 influences and effect sizes related to student achievement*. Retirado de <https://visible-learning.org/hattie-ranking-influences-effect-sizes-learning-achievement/>
- Observatório 3iS da Educação da Lezíria do Tejo (2020). *Lezíria do Tejo: Situação educativa do território*. Santarém: Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.
- Passaretta, G., Rözer, J. J., Skopek, J., van Huizen, T., & van de Werfhorst, H. G. (2019). Integrative Report (WPI): Lessons and policy implications. D1.4(b) Integrative Report of the project Inclusive Education and Social Support to tackle Inequalities in Society. Retirado de https://staging-isotis-pw.framework.pt/site/assets/files/1482/d1_4_integrative_report.pdf

- Pavolini, E., & Van Lancker, W. (2018). The Matthew effect in childcare use: a matter of policies or preferences? *Journal of European Public Policy*, 25(6), 878–893.
- Pordata (2020, junho). Percentagem de residentes beneficiários do RSI/RMG. Retirado de [https://www.pordata.pt/Municipios/%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+\(percentagem\)-715](https://www.pordata.pt/Municipios/%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+(percentagem)-715)
- Pordata (2020, junho). Percentagem de população residente desempregada com mais de 15 anos. Retirado de [https://www.pordata.pt/Municipios/Desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+a+64+anos+\(percentagem\)-592](https://www.pordata.pt/Municipios/Desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+a+64+anos+(percentagem)-592)
- Pordata (2020, junho). Percentagem de população com residente com mais de 15 anos com formação superior, segundo os Censos 2011. Retirado de <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+segundo+os+Censos+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado-69>
- Rodrigues, M. I. (2005). Do jardim de infância à escola: Estudo longitudinal duma coorte de alunos. *Interacções*, 1, 7–24.
- Silva, I., Marques, L., Mata, L., & Rosa, M. (2016). Orientações curriculares para a educação pré-escolar. Ministério da Educação / Direção-Geral da Educação.
- Walker, A. K., & MacPhee, D. (2011). How home gets to school: Parental control strategies predict children's school readiness. *Early Childhood Research Quarterly*, 26, 355–364. doi: 10.1016/j.ecresq.2011.02.001
- Watkins, C. S., & Howard, M. O. (2015). Educational success among elementary school children from low socioeconomic status families: A systematic review of research assessing parenting factors. *Journal of Children and Poverty*, 21, 17–46. doi: 10.1080/10796126.2015.1031728



COFINANCIADO POR

